

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

NATÁLIA PAGOT XAVIER

**CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO DE RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS E AUTODECLARAÇÃO NA ESCOLA**

Porto Alegre,
Julho/2019

NATÁLIA PAGOT XAVIER

**CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO DE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E
AUTODECLARAÇÃO NA ESCOLA.**

Revista Educação e Realidade

Trabalho de Conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título de
Licenciada em Ciências Biológicas na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Kátia Valença C.L. da Silva
Co-orientadora: Prof^a Vera Neusa Lopes

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Xavier, Natália Pagot
Ciências, educação das relações étnico-raciais e
autodeclaração na escola / Natália Pagot Xavier. --
2019 .
33 f.
Orientadora: Kátia Valença C.L. da Silva.

Coorientadora: Vera Neusa Lopes.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Biociências, Licenciatura em Ciências Biológicas,
Porto Alegre, BR-RS, 2019 .

1. autodeclaração. 2. ensino de Ciências. 3.
educação das relações étnico-raciais. I. Silva, Kátia
Valença C.L. da, orient. II. Lopes, Vera Neusa,
coorient. III. Título.

Dedico esse trabalho a todos meus ancestrais que, em diáspora de África, enfrentaram a escravidão, o racismo e o banzo, abrindo a estrada para que hoje eu possa estar na universidade.

**“Quando você for convidado pra subir ao adro
Da fundação Casa de Jorge Amado
Pra ver do alto a fila de soldados quase todos pretos
Dando porrada na nuca de malandros pretos
De ladrões mulatos e outros quase brancos
Tratados como pretos
Só pra mostrar aos outros quase pretos,
são quase todos pretos
E aos quase brancos, pobres como pretos
Como é que pretos, pobres e mulatos
E quase brancos, quase pretos, de tão pobres, são tratados [...]
Pense no Haiti, reze pelo Haiti.
O Haiti é aqui, o Haiti não é aqui.”**

Caetano Emmanuel Viana Teles Veloso e Gilberto Gil

Agradeço em especial aos meus pais, que me incentivaram, me ajudaram durante esses seis anos de graduação e sempre acreditaram no potencial transformador da educação.

**“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele,
por sua origem ou ainda por sua religião.
Para odiar, as pessoas precisam aprender,
e se podem aprender a odiar,
elas podem ser ensinadas a amar.”**

Nelson Mandela.

Resumo

Nas Ciências, até pouco tempo atrás, a raça era uma categoria de caráter ideológico, baseando relações de poder entre grupos, fundamentando o racismo e as teorias eugenistas. O combate direto a essas ideias se deu com o Movimento Negro, a ressignificação de raça, a criação das leis nº 10.639/03, 11.645/08 e o uso da autodeclaração nos censos do IBGE. Criando uma proposta antirracista no ensino de Ciências, o projeto Autodeclaração em Debate foi realizado em 8 turmas de 2 escolas públicas de Porto Alegre. Valendo-se de questionamentos, o projeto trabalhou a identidade étnico-racial e suas implicações e constatou que, tratar desse tema no ensino de Ciências, promove uma educação antirracista, de equidade e de valorização dos sujeitos.

Palavras chave: autodeclaração; ensino de Ciências; educação das relações étnico-raciais

Abstract

Until recently, in the Sciences, the race was a category of ideological character, based on relations of power between groups and grounded on racism and eugenicist theories. The direct combat to these ideas occurred with the Brazilian Black Movement, re-signification of race, creation of Brazilian laws nº 10.639/03, 11.645/08 and the use of the self-declaration in the census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics. To create an antiracist proposal in science teaching, the Self-Declaration in Debate project was carried out in 8 classes of 2 public schools in the city of Porto Alegre. Using questions, the project worked on ethnic-racial identity and its implications. It was found that addressing this issue in the teaching of science promotes antiracist education, equity, and appreciation of subjects.

Keywords: self-declaration; science teaching; education of ethnic-racial relations

Questões de raça e racismo

Ao longo das décadas, a ciência e suas tecnologias, estão em constante avanço, descobrindo mais sobre a origem da vida, a genética das espécies, em especial da espécie *Homo sapiens sapiens*. Originada na África, aproximadamente 130 mil anos atrás, nossa espécie foi capaz de colonizar progressivamente os continentes. Essa expansão geográfica humana foi acompanhada da diversificação morfológica, resultado da adaptação da espécie aos diferentes ambientes (Pena; Bortolini, 2004).

A diversidade morfológica da raça humana foi classificada pela primeira vez pelo antropólogo Johan Friedrich Blumenbach (1752-1841), baseando-se em parâmetros morfológicos por ele estabelecidos. Dessas, segundo Pena e Bortolini (2004), Blumenbach reconhecia a raça caucasóide como humano perfeito, superior, dando início a fundamentações biológicas que sustentaram a escravidão, exploração e mercantilização de negros e muitos povos originários pelo mundo todo e o conseqüente surgimento de teses racialistas.

O avanço da genética comprovou o caráter ideológico das teses que defendiam a racialização da espécie humana. Atualmente, dentro das Ciências Biológicas, o termo raça/subespécie é empregado apenas quando há variabilidade genética suficiente entre grupos de indivíduos distintos no interior da espécie, tendo cada grupo uma região geográfica bem definida. Caso contrário, a diversidade da espécie não é classificada como raças (Barbujani, 2007).

Segundo Abel (2016), no campo da genética, variantes gênicas são encontradas difundidas entre indivíduos de regiões geográficas bem distintas. Isso acontece porque as variantes foram estabelecidas a centenas, dezenas de milhares de anos atrás, muito antes da formação dos países ou grupos étnicos conhecidos atualmente. Outras pesquisas mostram, estatisticamente, que as diferenças genéticas entre as populações africanas são tão grandes quanto às diferenças entre africanos e não africanos, confirmando que as divisas geográficas não determinam a variabilidade genética entre as populações humanas, não podendo assim, determiná-las como subespécies ou raças da espécie *Homo sapiens sapiens*.

A máscara científica dada ao conceito de raça e sua classificação hierarquizada, desembocou numa teoria pseudocientífica, a raciologia, com um conteúdo mais doutrinário do que científico. Seu discurso ideológico servia mais para justificar e legitimar os sistemas de

dominação racial do que explicar a variabilidade genética e morfológica da espécie humana, revelando sua verdadeira intenção: a relação de poder e de dominação (Munanga, sd).

A raça, até então apresentada como categoria biológica, usada como explicação para estabelecimento de relações intrínsecas entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais, desembocando na hierarquização das ditas raças superiores e inferiores, atualmente se configura, conceitualmente, para Moreira (2019), como a representação cultural que estrutura relações de poder dentro de uma sociedade.

No início do século XX, com o apoio das teorias pseudocientíficas, doutrinou-se racialmente o pensamento da sociedade brasileira quanto ao chamado problema racial, dizendo que o Brasil se tornaria um país inviável, atrasado na corrida evolucionista, impossibilitado de alcançar o progresso liberalista. A teoria eugenista, criada no século XIX por Francis Galton, definida por um de seus seguidores como “[...] aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo como base o estudo da hereditariedade [...]” (Maciel, 1999 p.121) defendia como única saída para o Brasil, a miscigenação e gradual branqueamento da população, utilizando também a esterilização como forma de controle eugênico da população negra (Amorim, 2013; Maciel, 1999).

A entrada dessas teorias racialistas contribuiu para legitimar séculos de escravidão e institucionalizar o racismo da sociedade brasileira. Para o estudioso, Guimarães (1999), o racismo se estabelece a partir da doutrina que justifica a desigualdade entre os seres humanos, não pela força ou pelo poder dos conquistadores, mas pela desigualdade naturalizada entre as raças humanas. Kabengele Munanga, afirma que o racismo é, em teoria, uma ideologia essencialista que pressupõe a divisão dos humanos em grandes grupos chamados raças, com características físicas hereditárias comuns, sendo estas, suporte para caracterização psicológica, moral, intelectual e estética, situadas numa escala de valores desiguais. Moreira (2019) descreve o racismo como um tipo de dominação social que procura manter o poder nas mãos do grupo racial dominante.

O estado brasileiro, baseado na ideia de que pessoas brancas seriam superiores às pessoas negras, transformou o racismo colonial, fundado na ideia da pureza de sangue dos colonizadores portugueses, em um racismo baseado no ideal de uma nação mestiça.

[...] o racismo se expressa de duas formas interligadas: a individual e a institucional. Na forma individual, o racismo manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos, podendo atingir níveis extremos de violência, como agressões, destruição de bens ou propriedades e assassinatos. [...] Na forma institucional, o racismo implica em práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio indireto. Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos (Gomes, 2005, p.52-53).

Através desse racismo individual e institucional adotado pela sociedade brasileira, egressos dos cativeiros brasileiros e os afro-brasileiros em geral foram privados de acesso à educação, à moradia, ao emprego, à saúde pública e à participação política.

Diante desta situação esta população não permaneceu passiva, muito pelo contrário, construiu e levou adiante múltiplas formas de protesto, impulsionando os movimentos de mobilização racial no Brasil, os Movimentos Negros.

A luta antirracista foi muito clara e precisa em seus objetivos: demonstrar o caráter não científico da noção de raça e denunciar as consequências inumanas e bárbaras do racismo.

Nesse contexto o antirracismo significa, antes de tudo, para Guimarães (1995) que os afro-brasileiros tenham a percepção racializada de si mesmo e dos outros. Isso significa a reconstrução da negritude a partir da rica herança africana. Possibilitando a expressão da subjetividade quanto ao pertencimento racial do sujeito, fomentando o empoderamento a partir da autoidentificação, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em seus censos demográficos quanto ao quesito *cor/raça*, tem como procedimento classificatório o ato de autodeclaração, desde a década de 50, sendo firmado em 1991.

Ao usarmos o termo raça para falar sobre a complexidade nas relações brasileiras hoje, não estamos nos referindo ao conceito biológico de raças, estamos nos referindo ao conceito que foi ressignificado a partir da década de 1950 com o Movimento Negro.

O Movimento negro, conforme Domingues (2007), é a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade, em particular os provenientes do racismo, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Gomes

(2017) ressalta que graças a esse movimento, raça foi proposta como potência de emancipação, questionando a história do Brasil e da população negra, instrumentalizando a mobilização pelo reconhecimento social e pela construção de novos discursos, instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera.

Ainda, numa luta antirracista, é necessário o compromisso e o envolvimento de todos da comunidade escolar e, não somente do professor, nos processos de ensino-aprendizagem no intuito de evitar que o racismo e a discriminação conduzam crianças e adolescentes negros e indígenas ao fracasso na escola, à repetência e à evasão.

Obrigatoriedade da Educação Antirracista

Ao longo do século passado, os currículos escolares brasileiros foram construídos pautados na ideia eurocêntrica, ou seja, tomando o homem branco europeu ou norte-americano como referência das construções teóricas e metodológicas para o ensino e a aprendizagem.

Objetivando conquistar uma educação que contemplasse a diversidade étnico-racial do país iniciou-se uma trajetória pela educação antirracista, por meio da qual, com o surgimento de Movimentos Negros e a criação de determinadas leis, o racismo passou a ser combatido.

A força do Movimento Negro contribuiu para que a Constituição Federal, em janeiro de 1989, transforme o preconceito racial em crime com a criação da Lei nº 7.716 (Brasil, 1989). E, ainda, com a promulgação da Lei nº 10.639 (Brasil, 2003), a comunidade afro-brasileira, por reconhecimento, valorização e afirmação de direitos, no que diz respeito à educação, passou a ser particularmente incluída nos currículos escolares, em janeiro de 2003 com a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, via Art 26-A, modificando a Lei nº 9.394, Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996).

Em 2004, outro grande marco na trajetória pela educação antirracista são as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (EHCABA), auxiliando no entendimento, em âmbito nacional, a respeito de conceitos amplamente usados, definindo objetivos, metas e orientações para estes ensinamentos.

Buscando a divulgação e produção de conhecimentos, atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, “[...] tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos em comum, que garantam a todos, respeito aos direitos legais e valorização da identidade, na conquista da consolidação da democracia brasileira” (Brasil, 2004a p.31) a DCN, promove uma educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica, propondo relações étnico-sociais positivas que garantam a igualdade de valorização das raízes africanas na nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

Está descrito, no Plano Nacional de Implementação das diretrizes acima citadas (Brasil, 2004b), que a EREER, quanto ao ensino fundamental, deve ser um dos elementos estruturantes do projeto político pedagógico das escolas e deve abordar a temática como conteúdo multidisciplinar e interdisciplinar durante todo o ano letivo, buscando construir projetos pedagógicos que valorizem os saberes comunitários e a oralidade, como instrumentos construtores de processos de aprendizagem.

Reconhecer a demanda de uma nova relação étnico-racial no país necessita o questionamento de relações baseadas em preconceitos, estereótipos depreciativos, palavras e atitudes que expressam sentimento de superioridade em relação aos negros, típica de uma sociedade racista e hierárquica. Além disso, “[...] requer a adoção de políticas educacionais e de estratégias pedagógicas de valorização da diversidade, a fim de superar a desigualdade étnico-racial presente na educação escolar brasileira, nos diferentes níveis de ensino” (Brasil, 2004a p.12).

Segundo o parecer CP/CNE nº 3 de 10 de março de 2004, entende-se por raça:

A construção social forjada nas tensas relações entre brancos e negros, muitas vezes simuladas como harmoniosas, nada tendo a ver com o conceito biológico de raça cunhado no século XVII e hoje sobejamente superado. [...] O termo raça é utilizado com frequência nas relações sociais brasileiras, para informar como determinadas características físicas, como cor de pele, tipo de cabelo, entre outras, influenciam, interferem e até mesmo determinam o destino e o lugar social dos sujeitos no interior da sociedade brasileira (Brasil, 2004a, p.5).

No mesmo parecer, a respeito do entendimento da palavra etnia, explica-se que:

[...] O emprego do termo étnico, na expressão étnico-racial, serve para marcar que essas relações tensas devidas a diferenças na cor da pele e traços fisionômicos são também devido à raiz cultural plantada na ancestralidade africana, que difere em visão de mundo, valores e princípios das de origem indígena, europeia e asiática (Brasil, 2004a p.5).

Posteriormente, em março de 2008, entra em vigor a Lei nº 11.645, determinando a inclusão obrigatória do estudo da História e Cultura Indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil (Brasil, 2008).

A lei acima citada altera a Lei nº 9.394/96, incluindo no Art 26-A que “os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, literatura e história brasileira” (Brasil, 2008). Legislação essa, que não está voltada apenas para a população negra, tendo abrangência nacional e, portanto, deve ser implementada em todas as escolas brasileiras, públicas e privadas, assim como as respectivas secretarias, atingindo toda a rede de educação brasileira. Outra legislação sancionada a partir da luta do Movimento Negro foi o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288 de julho de 2010 no qual regulamenta:

Art 1º [...] I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada; [...] IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas,

conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga (Brasil, 2010).

Em seu Artigo 9º, no Capítulo referente ao direito à educação o documento acima referenciado, Brasil (2010), garante o direito da população negra em participar de atividades educacionais, culturais, de lazer ou esportivas condizentes com seu interesse e possibilidades, contribuindo com o patrimônio cultural afro-brasileiro.

O processo educativo que é pautado nessas políticas proporciona a construção da identidade, a formação do cidadão, o fortalecimento de direitos, eliminando preconceitos e estereótipos, estimulando a autoimagem e autoestima positiva, promovendo equidade étnico-racial, sendo capaz de desencadear a visão interdependente, a construção das redes de mudança social, a expansão da consciência individual e coletiva dos alunos, tornando a consciência ingênua uma consciência crítica, estimulando a curiosidade criativa e indagadora do sujeito ativo, capaz de reconhecer a realidade como mutável.

Abordagem das Relações Étnico-Raciais em Ciências

Muitos professores de Ciências se vêm despreparados, sem saber exatamente como inserir em seus conteúdos de ensino as relações étnico-raciais que Verrangia e Silva (2010) definem ser aquelas estabelecidas entre distintos grupos sociais, ou indivíduos destes grupos, formadas por ideias e conceitos sobre as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial dos indivíduos e grupos a que pertencem. Segundo Sperotto (2016) muitas vezes os professores creem que, por não existir a raça biológica na espécie humana, não se faz necessário falar das questões raciais brasileiras nas aulas de Ciências. Porém, o Referencial Curricular Gaúcho: Ciências da Natureza (Rio Grande do Sul, 2018) reafirma o dever de cumprimento das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, juntamente com os Pareceres 03/04 e Resolução 01/04 do Conselho Nacional de Educação. Além destes documentos, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, em seu Art 11º “A dimensão socioambiental deve constar dos currículos de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, considerando a consciência e o respeito à diversidade multiétnica e multicultural do País.” (Brasil 2012), comprovando que os educadores de Ciências são parte

constitutiva do processo de aprendizagem e que devem promover a formação de cidadãos conscientes que construam relações sociais éticas, valorizando a diversidade brasileira.

Para relacionar o ensino de Ciências, a partir do Referencial Curricular Gaúcho: Ciências da Natureza (2018), e a educação das relações étnico-raciais, podem ser utilizadas unidades temáticas (Matéria e Energia, Terra e Universo, Vida e Evolução), no intuito de despertar o conhecimento e habilidades a serem desenvolvidas e que sejam capazes de abordar os temas da autodeclaração e da identidade étnico-racial dos estudantes, possibilitando a criação de ferramentas e projetos pedagógicos inovadores nos currículos.

Nos componentes curriculares do 6º ao 9º ano, podem ser trabalhadas: questões sobre a proteína melanina, os melanócitos, o órgão pele, sua relação com a diversidade adaptativa humana, as influências culturais da nossa adaptação, investigando indicadores de saúde, taxas de mortalidade infantil, violência e poluição ambiental; o fluxo genético mundial, o papel da reprodução na conservação da vida, entendendo a reprodução sexuada, o DNA, a informação gênica e a influência do ambiente no fenótipo; questões sobre espécie, raça e racismo através de debates e reflexões, inserindo conceito de raça social, identidade étnico-racial, determinismo biológico, racismo e suas consequências sociais, econômicas, culturais e sócio-ambientais no desenvolvimento social, científico e tecnológico.

Verrangia e Silva, (2010) também auxiliam os professores separando cinco grupos temáticos que podem ser abordados em sala de aula no ensino de Ciências sendo eles:

- a) Impacto das Ciências Naturais na vida social e racismo; b) Superação de estereótipos, valorização da diversidade e Ciências Naturais; c) África e seus descendentes e o desenvolvimento científico mundial; d) Ciências, mídia e relações étnico-raciais, e) Conhecimentos tradicionais de matriz africana e afro-brasileira e Ciências (Verrangia; Silva, 2010 p.707).

No ensino de Ciências, é possível discutir o impacto do conhecimento científico sobre as relações étnico-raciais desiguais e as consequências das teorias racialistas do século XVIII e XIX na fundamentação do racismo. Sugere-se também: o estudo das plantas medicinais ritualísticas afro-brasileiras e indígenas; a análise crítica da distribuição desigual do acesso a recursos naturais e a exposição excessiva à poluição ambiental; a relação entre cultura, tradição e meio

ambiente, trabalhando a alimentação, vestuário, artesanatos afro-brasileiro e indígena e refletir sobre a presença dos negros no livro didático de Ciências. Essas e outras tantas atividades pedagógicas podem ser criadas juntamente com professores de outras áreas e alunos, produzindo metodologias ativas, que percebam os instrumentos necessários e significativos para ampliar as possibilidades e caminhos, exercitando a autonomia dos estudantes na tomada de decisões, promovendo uma educação política e reflexiva capaz de produzir a compreensão do mundo de forma crítica, responsável, criativa e comprometida com a equidade social.

A articulação entre a educação, o ensino de Ciências e a identidade negra necessita, além de leituras, de pesquisas e discursos elaborados. É preciso análises de posicionamentos, posturas inovadoras por parte de toda comunidade escolar, educadores reflexivos, autônomos e dispostos a intervir na negação e no silenciamento dos currículos a respeito da herança cultural afro-brasileira e africana existente na sociedade brasileira possibilitando, desta forma, transformar o ensino e os sujeitos. Para isso, segundo Gomes (2012), é imprescindível descolonizar os currículos, diminuindo seu caráter conteudista, criando diálogos entre eles, a escola e a realidade social em que está inserida a instituição e, é fundamental, que os conteúdos de Ciências estejam integrados ao ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de modo que as abordagens deste ensino e da EREER estejam relacionadas.

Buscando-se a aplicação prática da EREER, criou-se um projeto a ser aplicado no ensino fundamental com o objetivo de tratar o tema das raças no Brasil e suas designações sociais, a fim de conhecer e questionar seu pertencimento étnico-racial e debater sobre a autodeclaração que como diz Petrocelli (2013), está na polaridade objetividade-subjetividade do processo dos sujeitos.

Metodologia

O projeto criado intitula-se **Autodeclaração em debate** e foi desenvolvido sob justificativa de que, mesmo após mais de 130 anos da luta do movimento negro por acesso à educação pública e de qualidade, a opressão ao povo negro não findou, fazendo-se crucial refletir, debater e construir perspectivas positivas, ferramentas que fortaleçam, protejam os jovens negros e combatam o racismo institucionalizado na sociedade brasileira. A proposta enquadra-se nas

metodologias ativas, mais especificamente na Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), utilizando a problematização das relações étnico-raciais e de pertencimento racial como estratégia de ensino-aprendizagem, despertando o interesse dos participantes a, diante do problema, examinarem, refletirem, relacionarem suas descobertas e ressignificarem a sua história. Segundo Mitre e colaboradores:

Na aprendizagem baseada em problemas, a concepção pedagógica baseia-se no aumento da capacidade do discente em participar como agente de transformação social, durante o processo de detecção de problemas reais e de busca por soluções originais [...] ABP é o processo educativo centrado no estudante, permitindo que este seja capaz de se tornar maduro, adquirindo graus crescentes de autonomia (Mitre et al, 2008 p.2140).

A metodologia foi criada após uma atividade pedagógica dentro do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresentada como relato de experiência no Salão de Ensino UFRGS 2017, premiado pela Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas, prêmio Luiza Bairros/Ações Afirmativas, 2017. Objetivou-se atingir os alunos de 4 escolas públicas de Porto Alegre, do 6º ao 9º ano, totalizando 26 turmas. As escolas foram escolhidas pelo seu baixo resultado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Conseguiu-se realizar o projeto em 2 instituições, aqui identificadas como escola A e escola B.

Dividido em 3 partes, o projeto foi realizado em 2 momentos distintos, num intervalo de 7 a 10 dias. A primeira etapa, denominada refletir, correspondeu à apresentação de um conjunto de fotografias do projeto *HUMANAE* de Angélica Dass, a partir do qual os alunos deveriam realizar a identificação étnico-racial, de forma aberta, das pessoas representadas nas imagens. Perguntando aos alunos se já haviam percebido que usamos a categorização ‘raça/cor’ ou ‘raça/etnia’ quando queremos saber o pertencimento racial de uma pessoa, adentramos no tema da autodeclaração, apresentando conceitos de raça, suas designações biológicas e sociais.

As imagens apresentavam pessoas com diferentes tons de pele, feições e características representando a complexidade do processo de autodeclaração e, concomitantemente, reflexão

sobre a história e identidade étnico-racial de si próprio, de suas famílias, das pessoas que constituem a comunidade escolar e da sociedade em geral. Conforme eram passadas as sequências de fotos, os alunos iam explicando como identificavam as pessoas fotografadas.

A segunda e a terceira etapas aconteceram num segundo momento. Nesse encontro, a proposta não era tão dialogada, mas consistia na expressão artística livre (poesia, desenho, pintura) onde o aluno teria a possibilidade de responder a questão *Como me vejo?* Manifestando sua auto percepção, considerando as reflexões feitas anteriormente e as vivências e sentimentos próprios de cada um, usou-se a arte como parte da metodologia por acreditar que ela é uma fonte inesgotável de possibilidades, na qual, se pode expressar de maneira livre a diversidade que encontramos na sala de aula, visibilizando e valorizando os talentos artísticos dos alunos e seus sentimentos.

Na última etapa do projeto, de forma voluntária, os estudantes do 6º ao 9º ano das 2 escolas, totalizando 7 turmas, responderam a um questionário que resultou em uma análise qualitativa quanto ao tema da autodeclaração, à identidade étnico-racial e ao ensino de Ciências.

Essas atividades foram realizadas no período de julho a setembro de 2018, totalizando 16 encontros. O projeto foi bem recebido pelos professores e educadores das duas instituições em que atuamos. As escolas escolhidas para a realização do projeto localizam-se no bairro Cidade Baixa, local historicamente negro na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, são da rede estadual e atendem estudantes oriundos de bairros periféricos, quilombos urbanos e abrigos para jovens judicialmente afastados dos pais.

Na escola (A), atendendo o turno da manhã, com uma turma de cada série do 1 ao 9º ano, foi executado o projeto com 4 turmas: 6º, 7º, 8º e 9º ano, num total de 59 alunos. Os encontros tinham duração de duas horas cada, sendo que aconteciam em horário de aula, com a presença da professora, na sala de audiovisual.

Na escola (B), há mais turmas, pois as aulas ocorrem em ambos os turnos diurnos, realizou-se o projeto no período da tarde com as 4 turmas de: 6º 7º 8º e 9º anos. Nessa escola os alunos tinham o perfil parecido com a primeira, porém residiam em regiões mais afastadas da instituição. No dia de nosso segundo encontro, no colégio B, o 8º ano não participou da atividade

de resposta do questionário devido a um registro de violência no entorno do prédio que resultou no fechamento da escola. Outra turma, no seu período de atividade no projeto, foi quem expôs os materiais artísticos de ambas as turmas para que conseguíssemos concretizar parte dos objetivos desejados para aquele alunado. Ainda, devido ao ocorrido, não se pode contabilizar o número exato de alunos que participaram do projeto na escola B, mas a partir dos questionários respondidos temos um total de 33 alunos.

Além dos materiais artísticos dos estudantes que foram expostos nas escolas (Anexos), terminamos o projeto com um montante de 92 questionários descritivos respondidos referentes às seguintes questões: Em que momento você soube que o Brasil usa autodeclaração como forma de identificar a Raça/etnia da população? Já houve momento que precisou se autodeclarar? Como se sentiu? Já havia conversado sobre questões como autodeclaração ou racismo na escola? Como o tema da identidade racial é abordado em sua casa? E na escola? Essa atividade proporcionou alguma mudança na forma como se vê? Qual? Que sugestão você daria para melhorar a oficina na qual participou?

O que os dados nos contam?

As questões eram de resposta discursiva, mas para a análise dos dados descritos, foram criados parâmetros para algumas dessas respostas. Na primeira questão: *Em que momento você soube que o Brasil usa autodeclaração como forma de identificar a raça/etnia da população?* Foi escolhido três parâmetros para comparar as respostas: (a) soube durante o projeto (b) já sabia antes do projeto (c) não soube dizer. Dos estudantes que responderam o questionário 50% disse estar conhecendo, durante o projeto, que o sistema usado no Brasil para identificar a *raça/cor* da população é via autodeclaração; 21,7% disse já ter conhecimento antes do projeto e 28,3% não soube dizer. Mesmo a inclusão do item ‘*raça/cor*’ via autodeclaração tendo sido introduzido nos Censos Escolares (Brasil 2005), sendo essa pauta uma demanda histórica de representação do Movimento Negro na escola, como política afirmativa de promoção de equidade racial, os dados revelam que metade dos estudantes nunca tinham falado sobre a autodeclaração. Além disso, houve um grande número de respostas, dentro do parâmetro

(c) não soube dizer, mostrando que muitos alunos não sanaram suas dúvidas em relação ao tema devido a sua complexidade.

Fica evidente que, mesmo após a realização do projeto, os alunos necessitam de mais momentos de diálogo e debates para melhorar sua compreensão sobre a formação da identidade, seus aspectos culturais, políticos e o sistema de coleta de dados no Brasil. Rocha e Rosemberg (2007), explicam que a classificação racial brasileira, assim como também a de alguns países latino-americanos, se assenta na aparência e não na ascendência, aumentando a complexidade da declaração étnica-racial dos brasileiros, que por muitas vezes, não se identificam com as opções dadas pelo censo do IBGE por associar sua identidade a sua cor, “[...] sendo cor nas ciências sociais um conceito nativo, usado para classificar pessoas nas mais diversas sociedades [...]” e por isso “[...] quando nos deparamos com uma resposta sobre identidade, temos que investigar qual o discurso que está orientando as respostas” (Guimarães, 2003 p.106).

Quando analisamos as questões: *Já houve momento em que precisou se autodeclarar? Como se sentiu?* Na primeira pergunta definimos parâmetros entre (a) sim (b) não (c) não soube dizer. 70,7% dos alunos nunca haviam realizado a autodeclaração, 28,3% respondeu dentro do parâmetro sim e 1,1% não soube dizer. O resultado da pergunta não surpreendeu porque, mesmo sabendo que crianças e adolescentes são considerados atores sociais, com direito de expressar sua identidade e opinião, a legislação diz que “[...] a raça/cor será declarada pelo próprio aluno quando ele for maior de 16 anos; quando for menor, a indicação de sua raça/cor será de responsabilidade dos pais ou responsáveis” (Brasil, 2005).

A segunda questão é qualitativa e seria errônea a tentativa de criar parâmetros, pois as frases contêm muito das vivências e dos sentimentos dos alunos. Respostas como: “Não fiz com sinceridade, me senti julgada”, “Foi desconfortável”, “Fiquei em dúvida”, “Me senti confusa”, “Foi muito ruim. Não conseguia decidir”, alertam aos educadores a falta de diálogo e a necessidade de tratar o tema da identidade étnico-racial com os alunos e todos os sujeitos da instituição. Se não é fácil para quem descobre ser descendente de escravizadores, é intensamente difícil perceber-se descendente de negros escravizados, forçados a condições inumanas utilitários, fazendo-se necessário emergir dores e medos geracionalmente gerados, para uma verdadeira reeducação das RER brasileiras.

A identidade individual caracteriza o sujeito ao encontro de si mesmo, seus próprios caracteres, sua aparência física, hábitos, costumes e língua, juntamente com acontecimentos de sua vida, formando uma imagem própria de si mesmo, seu status, seu papel na sociedade e sua identidade social. “A identidade étnica emerge da relação entre a identidade individual e social [...]” (Motta; Quadros, 2016). As relações estão em constante construção, exigindo posturas, reflexões e proposições que valorizem as subjetividades de cada indivíduo.

A proposta presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) diz que é função da escola a formação de cidadãos críticos para intervenção no mundo, dessa forma compreende-se que a escola é uma das responsáveis pela formação da identidade dos sujeitos, fazendo com que ele se aceite, desfaça-se de preconceitos quanto aos demais e a si próprio. Conforme Gomes (2002), articular a educação e a identidade negra é um processo de reeducação do olhar pedagógico, construindo representações positivas sobre o negro e demais grupos que vivem uma história de exclusão.

Na questão: *Já havia conversado sobre questões como autodeclaração ou racismo na escola?* 55,4% responderam (a) já ter conversado sobre o tema, 44,6% (b) não ter falado do tema dentro do ambiente escolar. O fato de não existir respostas dentro do escopo (c), não soube dizer, revela que o tema do racismo é mais presente nas vivências e diálogos dos alunos, já que foram objetivos em afirmar ou negar se falam sobre o tema. Comparando as respostas dessa última questão com as anteriores percebe-se que o tema do racismo é mais dialogado em sala de aula, do que o da autodeclaração. Porém, os temas ainda merecem extrema atenção, mais projetos, mais sensibilização e capacitação das instituições e seus educadores, já que 44,6% é um valor muito elevado para tentarmos afirmar que há o debate do racismo e da autodeclaração nas instituições pesquisadas.

Sabe-se que são na escola, no currículo e na sala de aula, que convivem de maneira tensa, diversos valores, ideologias, interpretações, vivências e preconceitos. Dessa forma, Gomes (2012) afirma que a discriminação racial se faz presente na seletividade dos assuntos abordados na instituição escolar, sendo o silêncio um dos rituais pedagógicos no qual se expressa a desigualdade racial e o racismo.

Nas demandas escolares, permear a educação antirracista em todos os conteúdos e propostas pedagógicas é imprescindível. As instituições devem promover a discussão e

problematização por meio do diálogo e do questionamento das questões raciais. As diferentes formas de discriminação não têm o seu nascedouro na escola, porém, o racismo, as desigualdades e discriminações sociais perpassam por ali, tendo então, as instituições, papel preponderante para a eliminação das mesmas e a emancipação dos grupos discriminados, proporcionando acesso a conhecimentos científicos, registros culturais diferenciados, indispensáveis para consolidação de espaços democráticos e de equidade.

Quando questionados: *Como o tema da identidade racial é abordado em sua casa? E na escola?* Analisamos que 34,8% respondeu (a) já ter conversado em pelo menos um dos locais sobre sua identidade, 50% dos alunos responderam (b) nunca ter conversado a respeito, nem na escola nem em suas famílias e 15,2% (c) não soube dizer. Essa questão revelou um dado alarmante, pois se nem a escola e a família falam sobre a identidade étnico-racial, onde será formada a identidade desse estudante? A partir de que parâmetros ele terá sua formação? A partir do racismo? Da desigualdade e discriminação?

Durante a construção da identidade, são vários os aspectos sociais que definirão o indivíduo ou o grupo, podendo ter sua subjetividade baseada no fenótipo, na sua condição econômica, sua estruturação familiar e comunitária, na forma de expressão linguística e nas relações de poder estabelecidas. Nossa identidade é construída a partir das semelhanças e diferenças com os demais, sendo “[...] a diferença um importante componente do nosso processo de humanização [...]” (Gomes, 2002 p.40). São essas diferenças nossas maiores semelhanças, possibilitando relações humanas diversas que, vivenciadas sem julgamento ou atribuição de valor, possibilitam às crianças e aos adolescentes, referenciais, tanto em seus lares, quanto na escola, para uma construção identitária positiva e saudável. Para Gomes:

A identidade negra se constrói gradativamente, num movimento que envolve inúmeras variáveis, causas e efeitos, desde as primeiras relações estabelecidas no grupo social mais íntimo, no qual os contatos pessoais se estabelecem permeados de sanções e afetividades e onde se elaboram os primeiros ensaios de uma futura visão de mundo. Geralmente este processo se inicia na família e vai criando ramificações e desdobramentos a partir das outras relações que o sujeito estabelece (Gomes, 2005 p.43).

A identidade negra também se constrói na trajetória escolar dos sujeitos, tendo a escola, responsabilidade social de compreender, acolher e respeitar todas as identidades e sujeitos atuantes no processo educativo escolar, lidando positivamente com os mesmos. Cabe aos educadores à tarefa pedagógica, política e humanitária de desnaturalizar as desigualdades raciais como um dos caminhos para a construção de uma representação positiva sobre o negro e de uma pedagogia da diversidade.

A escola, como a comunidade e a família, influenciam na formação de identidade do sujeito e esse é um processo contínuo, que deve ser iniciado ainda na infância, através de diálogos, questionamentos e comparações que permitem que cada indivíduo tenha seu próprio processo de identificação. São necessárias afirmações positivas quanto às diferenças e especificidades de cada jovem para que haja uma mudança real nas relações étnico-raciais brasileiras, formando uma geração ciente da sua identidade, capaz de orientar as políticas públicas e afirmativas de forma consciente. A educação da identidade étnico-racial pode ser uma forma de diminuir fraudes de autodeclaração em processos de cotas, pois se desde cedo o sujeito conhece seu pertencimento racial menor será a probabilidade dele se posicionar diferente para obter vantagens.

Finalizando a análise dos questionários vemos que para a questão: *Essa atividade mudou a forma como você se vê?* 48,9% responderam que não, 42,4% responderam que sim e 8,7% não souberam dizer. O que podemos perceber nesse resultado é que mesmo com uma parcela alta do alunado ter sentido alguma mudança na forma como se vê, sabe-se que essa construção é contínua e que é necessário mais do que os poucos encontros realizados para que ocorresse uma profunda percepção da identidade étnico-racial. Mesmo assim, quando questionados sobre o que mudou, veem-se frases como: “Mudou a forma que me olho no espelho”, “Foi importante”, “Tive certeza que sou preto”, “Descobri que mesmo não tendo tantas características como meu pai eu sou negra”, “Me vejo negra, proporcionou minha cultura e cor”, “Fez eu me perguntar por que há discriminação racial”, “Passei a pensar mais sobre o que eu sou e como me identifico”, “Ver e entender as pessoas que sofrem racismo”, “Me amar e gostar de mim”, “Me senti mais alegre”, “Eu tenho que gostar de mim como sou”, “Foi muito aprendizado”, “Ajudou a ser eu mesma e respeitar os outros”, “Me aceitar independente das opiniões”, “Temos que mudar por nós mesmos”, “As pessoas veem o mundo de formas diferentes”, “Me vejo mais branco que já

era”, mostram como é importante utilizar metodologias diferenciadas, favorecendo a percepção do entorno e de si próprios como origem da própria ação, possibilitando a reavaliação de sentimentos, opiniões, estereótipos, valores e atitudes, além de produzir mudanças no ambiente escolar e nos sujeitos que nele se relacionam.

Portanto, é necessário criar planos de ensino e metodologias ativas, que incluam conteúdos e atividades para a educação das relações étnico-raciais, propondo estratégias pedagógicas com a escola e comunidade, comprometendo-se com as mudanças obrigatórias no currículo escolar relacionadas com as questões de diversidade cultural, étnico-racial, proporcionando espaços para o diálogo sobre a identidade, a racialização brasileira e o racismo, além de elevar a autoestima, o respeito às diferenças e criar um ambiente antirracista, saudável e que valoriza a diversidade de seus sujeitos.

A última pergunta do questionário trata-se de uma avaliação da metodologia ativa utilizada que contém dentro dela a perspectiva de educação permanente, onde os processos de ensino-aprendizagem são constantes tanto para os docentes quanto para os discentes. Pensando nisso, questionou-se os participantes do projeto: *Qual sugestão você daria para melhorar a oficina?* A essa pergunta 12 alunos deixaram-na em branco, o restante, que totalizou 80 respostas, trouxeram as mais diversas sugestões, opiniões e comentários referente ao projeto, à escola e de si próprios.

Entende-se que todo processo de ensino-aprendizagem deva ser constantemente avaliado e se necessário reformulado, levando em consideração o pensamento e a visão de mundo dos estudantes. Como eram respostas abertas os parâmetros encontrados foram: (a) deram sugestões de mudanças, (b) não sugeriram mudanças e (c) não soube dizer. Das respostas, 17,5%, se enquadram no parâmetro (a): “Ter poemas e rimas”, “Jogos e brincadeiras”, “Poderiam ter mais vezes”, “Mais respeito”, “Aula ao ar livre”, “Desenhar o outro”, “Falar sobre vitimização”, “Falar mais sobre o que a sociedade impõe”. Essas frases trazem desejos, possibilidades de planejamentos futuros e exemplificam como os alunos buscam ser sujeitos de sua aprendizagem, atores de seus planos de ensino, enriquecendo as problematizações, não apenas trazendo novas possibilidades e questões, mas, sobretudo, expondo, discutindo formas de solucionar os conflitos sustentados pelo racismo, inerentes ao ambiente escolar. A maioria, 61,25% dos alunos, não sugeriram mudanças, nesse escopo reuniram-se as respostas: “Já está muito bom”, “Eu gostei de

tudo”, “Não tenho sugestões”, “Foi bem importante. Não mudaria”, “Achei muito legal. Gosto de coisas diferentes”. Esse resultado é muito enriquecedor porque materializam o sentimento de partilha, de troca de saberes que ocorreu durante os 16 encontros e a construção de espaços seguros de diálogo e proposições transformadoras para os sujeitos e para a pesquisadora. O restante, 21,25% dos estudantes, responderam dentro do segmento (c), que pode ser interpretado como a ausência, por parte da instituição escolar, de estímulo à autonomia e empoderamento dos alunos em suas respectivas aprendizagens, metodologias e planos de ensino, restringindo o educando a forma de vivenciar a aprendizagem estabelecida pela escola.

Considerações Finais

Há diversas formas de abordar o tema da identidade étnico-racial e a autodeclaração dentro do ensino de Ciências, mas faz-se necessário interligar com os das Ciências Humanas, Sociais, Psicologia, Filosofia e das Políticas Públicas, entre outras tantas áreas que tangem o tema do pertencimento étnico-racial e suas implicações na sociedade e na vida de cada brasileiro.

Dialogar sobre esses temas nas Ciências promove o conhecimento da origem da espécie humana, do conceito de raça, etnia, o determinismo biológico que resulta nas diversas manifestações de racismo na sociedade e a articulação social realizada por Movimentos, em especial, o Negro para a ressignificação do conceito de raça e a luta antirracista.

Questões ligadas à evolução biológica, genética e adaptação ambiental, constituição de proteínas, bioquímica da Vitamina D, a função da melanina dos melanócitos, órgão pele e nossa diversidade fenotípica também podem ser trabalhadas na área para esclarecer dúvidas quanto a esses temas.

É imprescindível que ao trabalhar o pertencimento étnico-racial, se ressalte a importância do coletivo, pois ninguém é sozinho, faz-se necessário o outro, o nós na construção das identidades, fortalecendo o sentimento coletivo de pertencimento, de união, respeito, confiança e os laços amizade dentro da escola, promovendo espaços seguros para a expressão livre dos sujeitos.

O projeto Autodeclaração em Debate reforça a necessidade do cumprimento das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, bem como as DCN para o EREER e ECHABA dentro do ambiente escolar.

Atuando como uma ferramenta, o projeto fez com que os estudantes se vissem como sujeitos sociais, com identidade e opiniões, capazes de intervir na realidade, construindo diálogos e soluções para as desigualdades enfrentadas no dia a dia e em sala de aula.

A partir desta ferramenta, executamos não só a aplicação dos questionários, como também a produção de duas exposições artísticas dentro das escolas, trazendo a tona reflexões, sentimentos e expressões particulares de cada aluno. A arte é uma forma de intervir na realidade escolar, construindo a autonomia, reflexão política, liberdade de expressão e um ambiente criativo e saudável.

Com o término deste primeiro ciclo do projeto foi possível perceber que estudantes, antes invisibilizados ou desconsiderados como sujeitos de conhecimento, são potencializados a partir do uso de metodologias ativas, baseadas em problemas reais, vivenciados pelos estudantes, trazendo sentimentos e saberes próprios de cada experiência. A promoção da autoestima, autonomia e de uma relação de ensino-aprendizagem horizontal e permanente, baseada no respeito e diálogo dá, a esses estudantes, possibilidade de combater preconceitos, estereótipos e erradicar casos de discriminação e racismo dentro do ambiente escolar.

Considera-se que este projeto não está finalizado, temos o desejo de sua ampliação, replicação e constante avaliação, para que mais estudantes tenham acesso a esse debate, refletindo sobre si próprios, o sistema escolar e toda a sociedade brasileira, tornando todos os sujeitos da instituição escolar, os promotores da melhoria de sua realidade social. Como diz Angela Davis, numa sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista.

Referências

ABEL Sarah. **“The power of Knowing...” On the Science Construction and Social Uses of DNA Ancestry Tests in Two Post-Slavery Societies: Brazil and the USA.** Resumo de tese de doutorado (Antropologia Social e Etnologia). École des hautes études en sciences sociales, Paris, dez 2016.

AMORIM, Diego Uchoa de. **Teorias Raciais no Brasil: um pouco de história e historiografia.** Dossiê História e Meio Ambiente. Revista Cantareira. Ed 19, jul/dez 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação. **Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acessado em: 13. mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial;** 2010. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm Acessado em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, altera as **Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.** Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em: 9 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Mostre sua raça, declare sua cor.** Brasília: Diretoria de Estatísticas da Educação Básica, 2005. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/mostre-sua-raca-declare-sua-cor/21206 Acessado em: 12. abr. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, p.37, out, 2004a. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488171 Acessado em: 05. mai. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. MEC/SEPPPIR. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004b. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_curric_educ_etnicoraciais.pdf Acessado em: 28. mai. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"**. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 9 abr. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acessado em: 24. fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1996. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 9 abr. 2019

BRASIL. Lei n.7.716, de 5 de janeiro de 1989. **Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.** 1989. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/LEIS/L7716.htm Acessado em: 20. abr. 2019.

BARBUJANI, Guido. **A invenção das raças**. [tradução Rodolfo Ilari] São Paulo, Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Tempo 23. p. 100-122, mar 2007.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Combatendo o racismo**: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.14, n 29, fev. 1999.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo**. Novos estudos CEBRAP. n 43. P. 26-44, nov 1995.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação** / Nilma Lino Gomes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p. 98-109, jan/abr 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes sobre o debate das relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, MEC. Brasília. Coleção para todos, p. 39-62, 2005.

GOMES, Nilma. Lino. **Educação e identidade negra**. ALETRIA. Revista de Estudos de Literatura v.9, p. 38-47. 2002.

MACIEL, Maria Eunice de S. **A eugênica no Brasil**. Porto Alegre. Anos 90. n° 11, jul 1999.

MITRE, Sandra Minardi, et al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais**. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.13, p.2133-2144, 2008.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. Feminismos Plurais, Coordenação Djamilia Ribeiro. Polén Livros, p.232, São Paulo, 2019.

MOTTA, Romilda Costa; QUADROS, Silvia Cristina de Oliveira. **A concepção da identidade étnica na visão de estudantes do ensino superior.** Revista Eletrônica de Educação, v.10, n.2, p.286-298, 2016. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1540/504> Acessado em: 10. mai. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59> Acessado em: 01.mai. 2019.

PENA Sérgio Danilo Junho; BORTOLINI Maria Cátira. **Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas?** Estudos Avançados 18. (50). 2004.

PETROCELLI, José Luis. **Autoidentificação, identidade étnico-racial e heteroclassificação.** Características Étnico-raciais da População: Classificações e identidades. Estudos & Análises. Informação Demográfica e Socioeconômica IBGE. n. 2. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>. Acessado em: 11. jun. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretária de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. **Referencial Curricular Gaúcho: Ciências da Natureza.** Porto Alegre, v.1, 2018. Disponível em: <http://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/1530.pdf> Acessado em: 25. mai. 2019.

ROCHA, Edeimar José; ROSEMBERG Fúlvia. **Autodeclaração de cor e/ou raça entre escolares paulistanos (as).** Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, p.759-799, set/dez 2007.

PEROTTO, Patrícia Steiner. **LEI 10.639/2003, Educação das relações étnico-raciais e ensino de Biologia: O que fazem os professores .** Porto Alegre, 58p.2016

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de ciências.** São Paulo. Educação e Pesquisa, v.36, n.3, p.705-718, set/out 2010.

ANEXOS

Anexo 1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido apresentado aos professores.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Biociências

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, de nacionalidade _____, de idade _____, de profissão _____ e de RG _____ estou ciente que os alunos da _____, estão participando de um projeto denominado “Autodeclaração em debate” realizado pela aluna de graduação Natália Pagot Xavier, do curso de Licenciatura em Ciência Biológicas. Este projeto resultará no Trabalho de Conclusão de Curso da referida aluna e tem por objetivo debater o tema da identidade racial e do racismo dentro das instituições escolares de Porto Alegre e descobrir o que pensam os alunos participantes da atividade. Esta investigação se dará através da realização da oficina dividida em um momento de reflexão e outro de expressão artística e resolução de um questionário. A partir desses dados busca-se inferir e refletir sobre as especificidades da educação das relações étnico-raciais na capital do estado do Rio Grande do Sul. O estudo justifica-se dentro do conjunto de ações educativas para a promoção da igualdade racial em nosso país, efetivado a partir do artigo 26-A da LDBEN. A minha participação no referido estudo será no sentido de possibilitar a inserção da

pesquisadora nas salas de aula do 6º ao 9º da escola na qual assino como responsável. Assim, um possível desconforto está relacionado ao fato da pesquisa tratar da temática do racismo e das relações étnico-raciais na prática educativa escolar, objeto polêmico e relacionado com atitudes de preconceito e discriminação. Estou ciente de que privacidade dos alunos e da escola na qual sou responsável será respeitada, ou seja, os nomes ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, os identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de que, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

A pesquisadora envolvida com o referido projeto é Natália Pagot Xavier, aluna de Graduação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e com ela poderei manter contato pelo telefone celular (51)996089724, ou pelo e-mail: nataliapagot@gmail.com. É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo, suas consequências, etc., tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação. Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento, autorizando o estudo na instituição escolar que trabalho, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela participação.

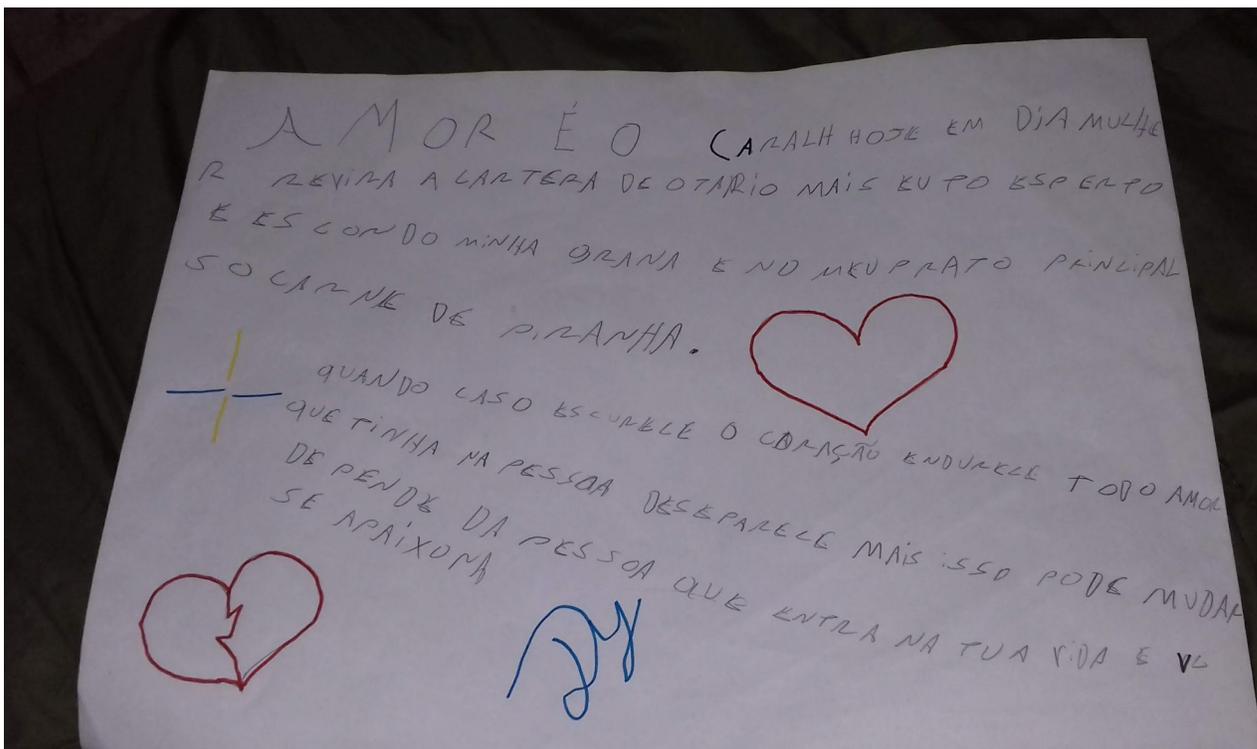
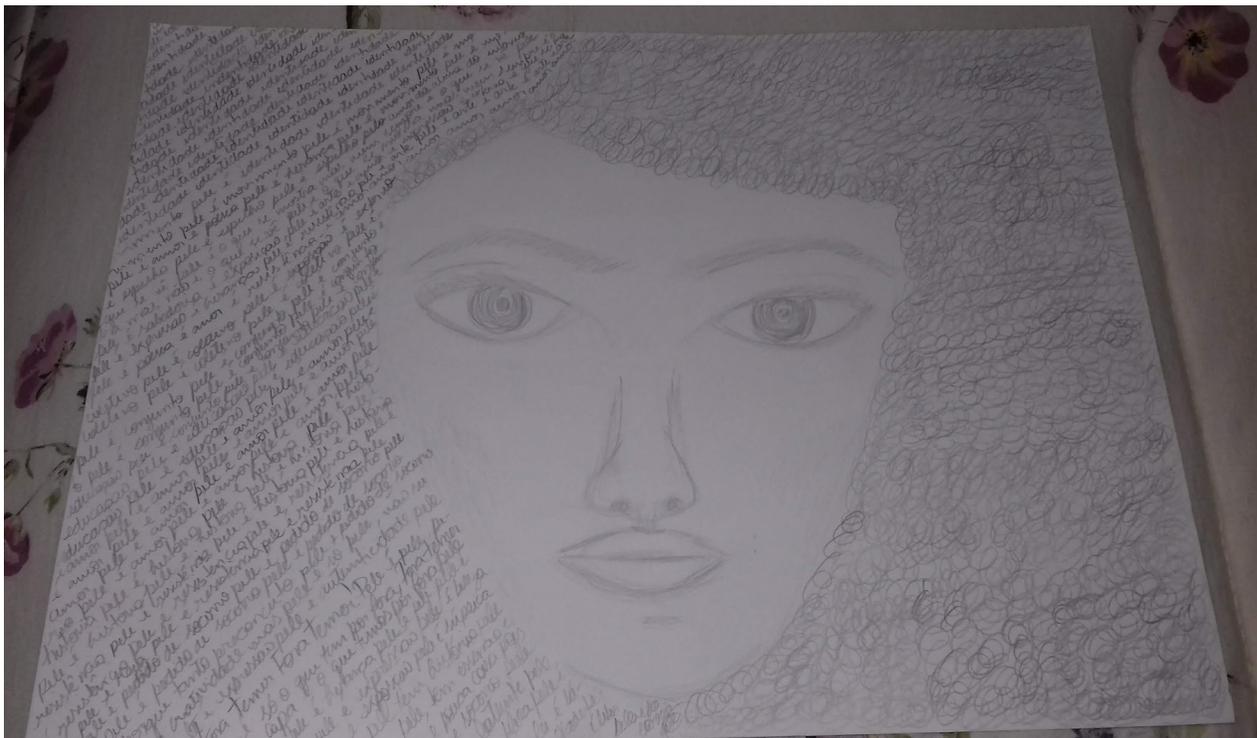
Porto Alegre, ____ de _____ de 2018.

Nome e assinatura do responsável pela instituição escolar

Anexo 2. Fotos da exposição artística realizada na escola A.



Anexo 3. Fotos de algumas produções artísticas realizadas pelos alunos da escola B.



Anexo 4. Questionário aplicado aos alunos participantes da pesquisa.

Este questionário é direcionado aos alunos participantes da oficina “Autodeclaração em Debate” realizada em escolas públicas do município de Porto Alegre e é parte integrante da pesquisa que resultará no Trabalho de Conclusão de Curso, da aluna Natália Pagot Xavier, graduanda em Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Escola _____

Idade: _____

Série: _____

- 1) Em que momento você soube que o Brasil usa a autodeclaração como forma de identificar a Raça/Etnia da população?

- 2) Já houve momento em que precisou de autodeclarar? Como se sentiu?

- 3) Já havia conversado sobre questões como autodeclaração e racismo na escola?

- 4) Como o tema da identidade racial é abordado em sua casa? E na escola?

- 5) Essa atividade proporcionou alguma mudança na forma como você se vê? Qual?

- 6) Que sugestão você daria para melhorar a oficina na qual participou?